



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639963 - RS (2021/0012216-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEISE CASPANI COLLET - RS051075
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CARLOS DANIEL NASCIMENTO DE JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS DANIEL NASCIMENTO DE JESUS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação-Crime n. 0079597-13.2020.8.21.7000).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão no regime inicial semiaberto e de 500 dias-multa, como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o réu faria jus à causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Aduz que a quantidade e a natureza das drogas não constituiriam fundamento idôneo para a negativa da benesse, devendo ser sopesadas na primeira fase da dosimetria.

Alega que não haveria provas de que o acusado se dedicava à prática de atividades criminosas.

Argumenta que o fato de o paciente responder a outros processos não teria o condão de afastar a minorante em apreço.

Afirma que, com a redução da sanção, o regime de cumprimento da reprimenda reclusiva deveria ser abrandado, substituindo-se a sanção corporal por penas restritivas de direitos.

Requer, liminarmente e no mérito, que o redutor do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas seja aplicado, readequando-se o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade e substituindo-a por restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência